



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**VIDAS DOADAS: A RACIONALIDADE DA CONDUTA
MATERNA DIANTE DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA**

Jalusa Oliveira da Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**VIDAS DOADAS: A RACIONALIDADE DA CONDUTA
MATERNA DIANTE DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA**

por

Jalusa Oliveira da Silveira

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial
– Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da
Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para
obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial.

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

**VIDAS DOADAS: A RACIONALIDADE DA CONDUTA MATERNA
DIANTE DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA**

elaborado por

Jalusa Oliveira da Silveira

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Alcione Munhóz
(Presidente/Orientador)

Priscila Turchiello
(UFSM)

Eliana da Costa Pereira de Menezes
(FAPAS)

Santa Maria, RS, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

VIDAS DOADAS: A RACIONALIDADE DA CONDUTA MATERNA DIANTE DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

AUTOR: JALUSA OLIVEIRA DA SILVEIRA
ORIENTADOR: MARIA ALCIONE MUNHÓZ
Santa Maria, RS, Brasil. 2010.

O trabalho que ora se apresenta propõe uma aproximação com estudos de vertente pós-estruturalista, buscando lançar outros olhares a questões consideradas naturalizadas no campo social e cultural a respeito das relações entre maternagem e crianças com deficiência. Tomar-se-á como referência para este estudo recortes históricos que nos permitam perceber como os discursos tomam um estatuto de verdade e fazem emergir práticas sociais que legitimam uma conduta específica para a mulher mãe/cuidadora de crianças com deficiência. Além desses recortes históricos, teremos como referência as falas de mulheres que participaram de um Grupo de Cuidadoras do Projeto de Estimulação Essencial do NEPES – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial, da UFSM. Buscando fazer uso de parcelas do pensamento de Michel Foucault, evidencia-se a intenção de compreender que a figura cuidadora da mulher/mãe é produzida no campo social e cultural e gera uma cobrança que submete a mulher a sujeitar-se às exigências que correspondam às expectativas desse contexto. A conjectura central aqui é pensar sobre como essa mulher assume o centro da instituição “família” e sobre seus papéis sociais de mãe/cuidadora especial, os quais se fundam nas relações de poder em uma discussão cultural e de gênero. O universo da pesquisa estará, portanto, atrelado à análise de fragmentos de falas que produzem discursos articulados por mulheres mães acerca das condutas maternas ideais.

Palavras-chave: família, maternidade/cuidado, relações de poder.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	6
1.1 Trilhando caminhos: (trans)formando olhares.....	6
2. CAMINHOS INVESTIGATIVOS.....	12
2.1 Caminho das flores.....	13
3. DISCUSSÕES TEÓRICAS.....	15
3.1 A maternidade na história: por condutas contingentes ou imanentes?.....	16
3.2 O cuidado feminino/materno na racionalidade da deficiência.....	21
4. PARA NÃO CONCLUIR.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26
ANEXO I.....	28

1- APRESENTAÇÃO

Nós não sabemos quem somos e muito menos sabemos o que ainda podemos nos tornar e o que ainda podemos aprender que somos. O impulso de saber e/ou tornar-nos o que somos nunca se aquieta, assim como nunca se desfaz a suspeita sobre o que ainda podemos nos tornar se nos guiarmos por esse impulso.
(BAUMAN, 2006, p. 17).

1.1. Trilhando caminhos: (trans)formando olhares

Ao fazer o exercício de tentar definir um lugar e uma identidade para a Europa, Bauman (2006) nos ajuda a problematizar a nossa própria identidade, bem como a importância de definir o lugar do qual falamos. É assim que inicio, com a tentativa de definir o lugar de onde falarei para apresentar este trabalho.

Nem sempre, ao assistir um filme, experiencio(amos) de imediato intensas inferências, mas uma frase em especial que ouvi no filme, *Eu, meu irmão e nossa namorada*, dirigido por Peter Hedges me possibilitou esta experiência. Dizia: “o amor não é um sentimento, é uma habilidade”. Então, de imediato, junto com as leituras que vinha fazendo sobre a minha pesquisa, pude estabelecer a conexão que me fez compreender a importante questão de que o amor é construído e, por isso, aprendido. O que afirma que não somos seres inerentes às coisas, nós é que produzimos as coisas; somos seres históricos, atravessados por discursos que produzimos e que nos produz. Nossas vivências, alegrias e tristezas, vitórias e frustrações nos permitem traduzir e interpretar o mundo sob esse discurso que está a subjetivar o nosso desejo. Dessa forma, uma pesquisa também se origina da vontade, do desejo e, principalmente, daquilo que nos incomoda. E aqui me aproprio da ideia de Corazza, para dizer que a pesquisa nasce da insatisfação com o já sabido, pois “somente nessa condição de insatisfação com as significações e verdades vigentes é que ousamos tomá-las pelo avesso, e nelas investigar outras redes de significações” (2002, p.111).

É neste contexto, de um discurso que opera como produção de si e do outro e que constantemente busca redes de significação, que fui atravessada pela temática da família e da relação desta com a educação especial, mais especificamente da relação entre a mãe/cuidadora do deficiente e o professor de educação especial. É assim, portanto, que agora me arrisco a trazer para o texto um pouco de minha história pessoal como forma de delinear algumas escolhas/incômodos que me trouxeram até aqui.

Posso dizer, por exemplo, que muito do interesse que construí pela família e pelos estudos acerca dela, é fruto de experiências que marcaram minha história de vida, as quais excitaram tais escolhas e incômodos. Durante minha infância vivenciei situações que me permitiram significar de maneira bastante sólida representações sobre a família e a importância dessa instituição para o desenvolvimento psíquico e social do sujeito. Posso citar, por exemplo, que das naturalizadas “incumbências de mãe”, como preparar mamadeira ou acordar no meio da noite quando a criança tem um pesadelo, era meu pai quem exercia e, aos meus olhos, isso nunca tornou minha mãe uma *mãe má*, pois aquela maquinaria seguia um funcionamento *comum*. E, nesse contexto, constituí a ideia de que a família é fundamental a todo sujeito, porém os cuidados exercidos nesse espaço não estariam – no que se referia à minha concepção – atrelados ao gênero.

Quando iniciei a graduação em educação especial, essa perspectiva da família como instituição “forte” e de participação efetivamente necessária na vida de uma criança já permeava minhas representações. No decorrer de minha formação essa ideia se fortalecia calcada no discurso de professores, ratificando, dentro desse regime de verdade, a importância de estabelecer parcerias entre a família e o educador especial. Nesse sentido, entretanto, eu ainda não havia me deparado com situações que evidenciassem o quão difícil poderia ser construir essas parcerias, pois foi a partir do meu primeiro *confronto com o já sabido* que comecei a suspender meus julgamentos prévios.

No meu estágio curricular, referente ao Déficit Cognitivo, cuja realização se deu no Projeto de Estimulação Essencial do NEPEs – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial da UFSM – me vi diante de uma mãe cuja filha apresentava sérios comprometimentos no desenvolvimento. Uma situação e tanto para eu colocar em prática todo o saber do “especialista em pessoas com problemas no desenvolvimento”, vide a ideia que a educação especial enuncia. Porém, tudo que eu não sabia era a história de vida daquela mulher, sua trajetória pessoal, seus conflitos enquanto mãe, e me vi, mesmo assim, julgando-a e responsabilizando-a por não estar realizando com dedicação sua tarefa de mãe, uma vez que não agia conforme as orientações por mim sugeridas. Quando aquela mãe deixou de comparecer aos atendimentos no projeto, iniciei um crítico processo de auto-avaliação, procurando compreender qual era, afinal, o lugar que eu ocupava, para poder conduzir de uma forma e não de outra a atuação daquela mulher diante de sua filha.

Em função disso, senti a necessidade de olhar de outras formas para as verdades enunciadas como absolutas e tentar percebê-las como contingências. Passei a buscar outras redes de significação para desacomodar o que eu constituía como vigente e legítimo,

encontrando a possibilidade, por meio dessa pesquisa, de discutir as condutas assumidas pela família de uma criança com deficiência - mais especificamente pela mãe/cuidadora dessa criança. Essa busca por outros olhares me permite compreender, de antemão, o atravessamento dessas condutas por um poder que se mostra capilar e nos conduz a entender que, definitivamente, não temos sobre os discursos “o controle que pensávamos ter” (VEIGANETO, 1996, p. 29).

E, penso que é justamente esta falta de controle que nos move em direção à vontade de encontrar outras formas de narrar o outro e a si. Por isso, trago nesta pesquisa a intenção de entender como as verdades ganham esse estatuto e se naturalizam, produzindo condutas específicas para a mulher mãe/cuidadora dentro da história da sociedade. Ressalto que não se trata aqui de apontar uma linearidade das condutas maternas, mas problematizar momentos históricos que legitimaram uma postura determinada de ser mulher/ mãe.

Para tanto, o trabalho que ora se apresenta propõe uma aproximação com estudos de vertente pós-estruturalista, entendendo que esta perspectiva teórica possibilita discutir as relações de saber-poder, tensionando as verdades como construções sociais e históricas. Tomar-se-á como referência de estudo fragmentos de falas de mulheres que participaram do grupo de cuidadoras¹ do Projeto de Estimulação Essencial do NEPES², como forma de poder reconhecer e caracterizar um conjunto de discursos ligados à conduta materna e à deficiência. A ideia é tomar essas falas para “formular um tipo de enfoque que não pretende reduzir a diversidade histórica, mas que dela seja o eco” (REVEL, 2005, p. 58). Este enfoque nos ajuda a perceber como os discursos tomam um estatuto de verdade e fazem emergir práticas sociais que legitimam uma conduta específica para a mulher mãe/cuidadora³ de crianças com deficiência.

No contexto deste trabalho, “o poder disciplinar é muito mais produtor do que inibidor” (FONSCECA, 1995, p. 66), uma vez que a mulher toma esse discurso como uma estratégia para garantir sua legitimação como *boa mãe e mulher plena*.

¹ O termo *grupo de cuidadoras* foi atribuído considerando o fato de que as pessoas – todas elas mulheres – responsáveis pelas crianças assumiam diferentes papéis familiares, como mães, tias, madrinhas; entretanto todas atendiam à função de cuidar.

² Projeto de Estimulação Essencial vinculado ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial (NEPES) da Universidade Federal de Santa Maria, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Maria Alcione Munhoz. O projeto atende crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, que apresentam problemas no seu desenvolvimento neuropsicomotor.

³ Terminologia que considera não especificamente a mulher mãe, mas também aquela que realiza a tarefa de cuidar, independentemente de seu vínculo biológico com a criança.

Assim, buscando pela possibilidade de olhar de outras formas para um caráter não natural das práticas de cuidado exercidas pelas mulheres, toma-se como problema de pesquisa a seguinte questão:

Que estratégias os discursos acionam para disciplinar, numa relação de saber-poder dentro da história da sociedade, condutas femininas/maternas para o cuidado de crianças com deficiência, e como essas mães/cuidadoras especiais⁴ tomam essas condutas como formas expressivas de uma natureza feminina?

Buscando marcar uma posição teórica buscarei fazer uso de alguns conceitos foucaultianos, principalmente acerca das relações de saber e poder, bem como do próprio discurso. Tomar Michel Foucault como referência me permite entender as escolhas que fazemos como práticas atravessadas por histórias pessoais e, vale salientar, que entendo a complexidade de trilhar nesse caminho, portanto, não há em mim a intenção de produzir um estudo aprofundado à luz das obras foucaultianas, tampouco há a intenção de estabelecer uma única verdade ou criar uma *nova* conduta para a família, especialmente para a mulher mãe, sendo, pois, que o próprio Foucault não pretendia servir de modelo, mas apenas como um ponto de partida.

Nesse sentido, esse trabalho também não pretende tomar uma vertente feminista, se destinando a reduzir as históricas desigualdades sofridas pelas mulheres à força da elite masculina. Pensando ser possível estabelecer um diálogo entre gênero e educação, embora mantendo as diferenças que constituem esses dois universos culturais, este trabalho propõe problematizar os discursos sobre a maternidade e o atravessamento destes na produção do papel feminino na família, especialmente no que diz respeito ao cuidado de crianças com deficiência. A ideia de gênero não será utilizada para marcar as relações sociais de gênero que legitimam a opressão sexual das mulheres, mas para embasar uma discussão sobre a subjetividade feminina diante do cuidado para com a família, especialmente da criança com deficiência.

Em tempo, se faz necessário retomar algumas considerações acerca da terminologia adotada neste trabalho - me refiro à mãe/cuidadora especial. No contexto desse estudo, esta terminologia atende a um *status* e valor de verdade produzido por um grupo de mulheres que falam de um lugar no qual “crianças especiais” possuem “mães/cuidadoras especiais”. Ou então, de um lugar no qual as mulheres que assumem os cuidados de uma criança com

⁴ A terminologia aqui adotada se refere a uma enunciação dada pelo próprio grupo de cuidadoras, uma vez que estas atribuem às crianças a característica de “crianças especiais”, nessa racionalidade, as mães/cuidadoras se identificariam como sendo também “especiais”. É interessante perceber como essa enunciação produz um lugar específico dentro de uma hierarquia feminina/materna.

deficiência estariam à luz de uma hierarquia materna que as coloca numa posição superior, de saber especial, diferenciado, superestimado. Com isso, podemos perceber como o discurso exerce uma função produtiva sobre o sujeito, trazendo a ideia foucaultiana de que as relações de poder e saber produzem outros/novos saberes⁵.

Ao longo da história da maternidade podemos compreender que a figura cuidadora da mulher é produzida no campo social e cultural e gera uma cobrança que submete esta mulher a sujeitar-se às exigências que correspondam às expectativas desse contexto. A conjectura central aqui é refletir sobre como essa mulher assume o centro da instituição “família” e sobre seus papéis sociais de mãe/cuidadora especial, os quais se fundam em relações de poder numa discussão cultural e de gênero. Esses papéis são tramados a partir dos jogos de poder conferidos pelos discursos em torno do papel da mãe/cuidadora. Respalado em Foucault, Veiga-Neto afirma que “as práticas discursivas moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele” (2005, p. 112).

Embora entenda que cada família possui um quadro de experiências e situações vivenciadas que lhe serve de referência para interpretar o mundo e balizar suas ações, a maioria delas se vê em perigo, uma vez que seus recursos tradicionais serão insuficientes para “aceitar” a anormalidade. Então, um novo quadro deverá ser construído. Segundo Lunardi (2006, p. 178), são fatores como a seguridade e a anormalidade, aliados a uma tecnologia de poder, que se preocupam com a vida em uma sociedade de normalização. Essa sociedade opera sob um discurso que atende às estratégias capitalistas de produção, e todos aqueles que não se enquadram nesse padrão de produção se configuram como sujeitos de risco, estranhos, anormais.

O nascimento de um filho anormal leva, especialmente a mulher, a optar por uma renúncia de si, em prol dos cuidados com o filho. Há uma ideia de assumir a dor, o sacrifício instaurador, como se fosse uma espécie de martírio aceito pela integridade de seu papel de mãe, por uma boa maternagem, em benefício da família como um todo.

É dessa mulher que a sociedade e os profissionais mais cobram a presença para os processos de educação e/ou reabilitação do filho deficiente, tendo essa que deixar em segundo plano suas condições de ser mulher, profissional, ou qualquer outra posição social, para ser apenas mãe, em tempo integral. Aí é que emerge a cobrança pela presença da mãe/cuidadora,

⁵ Significa entender que as relações de poder, que têm o indivíduo como seu efeito, embora pareçam inevitáveis, não são fixas; o poder se mostra persistente, mas instável. Não há escape da existência de relações de poder, mas é possível instituir outras. Foucault (2005, p. 241) afirma que tão inevitáveis quanto as relações de poder, são as relações de resistência, pois onde há poder há sempre focos de resistência, para ele “jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”.

a cobrança por possibilidades de administrar e prevenir o risco, antes mesmo da ocorrência de seus efeitos (LUNARDI, 2006), configurando, assim, a mãe/cuidadora como a maior responsável pelo desenvolvimento da criança. As práticas discursivas⁶ dessa mulher passam a conceber o não cumprimento dessas cobranças como a possibilidade de danos irreversíveis para o desenvolvimento global da criança.

As mudanças políticas, econômicas e culturais desencadeadas a partir da modernidade introduzem novas demandas sociais e, para isso, fala-se muito em parcerias, como por exemplo, entre família e educação, especialmente a partir da lógica neoliberal que conduz o mundo moderno. Essas parcerias convocam a participação de todos aqueles que, por uma razão ou outra, fazem parte de um determinado contexto. Nesse sentido, a escola e/ou os profissionais que atendem crianças com deficiência enfatizam essas parcerias como estratégia de promoção do desenvolvimento pleno, bem como a reabilitação desses sujeitos. Estabeleceu-se uma imagem da relação da mulher com a família segundo a qual a presença vigilante da mãe opera como fator essencial, como um cuidado necessário ao avanço psicomotor da criança. Winnicott (1988, 1993) indica a psicologia e a sociologia pós-freudianas, como importantes fontes para reforçar essa idealização do papel materno, uma vez que a relação mãe-bebê aparece como decisiva no desenvolvimento da criança.

São discursos científicos que enunciam *a* verdade. Nessa lógica, precisamos considerar como figura de destaque a presença da mãe nesta convocação para que a família participe do processo educacional da criança. Isso marca como as relações de gênero estruturam a divisão do trabalho, subordinando a família aos especialistas e sobrecarregando as mulheres/mães. Devemos focar a maneira como o discurso da educação produz novas formas de relação familiar, instituindo características específicas para o papel de mães de crianças deficientes, com base nos próprios processos de subjetivação que a educação especial vem assumindo na atualidade.

Além disso, é possível perceber as relações de poder no discurso da sociedade moderna pautadas numa lógica de gerenciamento do risco (LUNARDI, 2006) que constitui a mulher como figura responsável pelo desenvolvimento da criança. A sociedade controla as atividades da mãe/cuidadora sob funções disciplinares (FONSECA, 1995) como uma espécie de tarefa gradual de educar as mães/cuidadoras especiais, buscando nessas mulheres, figuras aliadas na luta contra os riscos que ameaçam o desenvolvimento das crianças e o funcionamento de uma sociedade produtiva. Nessa racionalidade, a presença da

⁶ Para Foucault, num mundo em que os discursos já estão há muito tempo circulando, nós nos tornamos sujeitos derivados dos discursos (VEIGA-NETO, 2005).

mãe/cuidadora passa a ser considerada tão benéfica quanto destruidora. Isso tenta justificar a intervenção da educação, representada pelos especialistas, chamados a intervir tanto na vida social dos sujeitos quanto no funcionamento familiar, instituindo o que podemos chamar de um discurso dos especialistas – discurso este que não será a tese central nas discussões que por ora se apresentam.

É nessa perspectiva que este trabalho buscará problematizar os processos históricos e culturais como disciplinadores de condutas femininas/maternas para o cuidado de crianças com deficiência, tornando esta mulher a figura mais importante no cenário de desenvolvimento/reabilitação de uma criança.

Embora a perspectiva teórica com a qual trabalho me lance a territórios nada sólidos e apresente um pensamento que se inscreve no reino da suspeição, afirmo com segurança que a possibilidade de desacomodar verdades tidas como únicas já valerá o investimento depositado nesta pesquisa.

2 – CAMINHOS INVESTIGATIVOS

Numa pesquisa é inevitável assumir impessoalidade, por isso assumo com segurança minha intenção nesta pesquisa, a de transcender o biológico em direção ao social, não para instituir uma forma mais ou menos verdadeira de exercer a maternidade, mas pelo simples exercício de olhar de outras formas para essas mães/cuidadoras. Considerando o propósito de buscar outras formas de olhar, eis que a escolha pela perspectiva pós-estruturalista de análise, me ajuda a desacomodar o já sabido, o naturalizado e reconhecer que “o sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder” (COSTA, 2000, p. 57).

O lócus da pesquisa foi o Projeto de Estimulação Essencial do NEPES e o universo do estudo esteve atrelado aos discursos articulados pelas participantes do projeto, mulheres do grupo de cuidadoras, acerca de seus papéis diante da maternagem de crianças com deficiência. Vale ressaltar que o termo *maternidade* empregado neste trabalho não corresponde ao acontecimento biológico que associamos à gravidez. Corresponde sim, a uma vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica, especialmente porque nem todos os sujeitos desta pesquisa vivenciaram a situação da gravidez, mas todas vivenciam a situação do cuidado e, por assim dizer, da maternagem.

No sentido de problematizar essas questões, tomo como referência de análise a noção de discurso desenvolvida por Foucault, entendendo que é a linguagem que dá sentido às

coisas do mundo, que constitui as nossas figuras de sujeito, pois “somos seres de linguagem e não seres que possuem linguagem” (FOUCAULT, 2000, p. 20-21). Essa ideia de discurso me ajuda a pensar sobre o campo de relações de saber e poder em que os sujeitos estão inseridos e como estes se apropriam do discurso para instituir um dispositivo de poder capaz de convencer outras pessoas.

Frente a esta perspectiva, para a coleta de dados o instrumento utilizado foi o de observação participante. A observação foi selecionada como técnica de coleta de dados neste estudo pela possibilidade de se captar uma variedade de situações às quais, talvez, não haveria acesso somente por meio de perguntas diretas às mães/cuidadoras. Essa técnica foi adotada, especialmente porque o pesquisador coleta dados, participando do grupo ou organização, observando as pessoas e seu comportamento em situações de sua vida cotidiana (BECKER, 1994). Foi possível acompanhar e registrar os movimentos, os discursos e as ações das mães/cuidadoras, suas relações recíprocas e as relações comigo, enquanto pesquisadora.

O material analisado surgiu a partir de conversas dirigidas e através dos registros das mães/cuidadoras especiais em um diário, durante um semestre letivo, no ano de 2009. Para instigar os registros pessoais sugeri temas específicos sobre sua trajetória como mãe/cuidadora especial, que me possibilitassem, a partir disso, a exploração do universo da pesquisa, bem como a manifestação de opiniões, relatos, trajetórias pessoais que evidenciassem a rede de discursos que produzem aquelas mães/cuidadoras. Assim, houve a possibilidade de compreender como elas tomaram e tomam como verdade um discurso que opera numa relação de saber e poder, conduzindo formas específicas de atuar como mãe/cuidadora de uma criança com deficiência, dentro de uma racionalidade da conduta materna. Os discursos que se projetam na e pela conduta da mãe/cuidadora especial constituem práticas que estão imersas em relações de saber e poder historicamente constituídas, e serão estes discursos que deverão ser tomados como análise.

Para perceber a emergência de tais discursos dentro de uma cultura e de um momento histórico dados, recorri a ideia foucaultiana de pensar o tempo, numa tentativa de perceber os “diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos são transformados em sujeito” (FOUCAULT, 2007, p. 52). Isso nos propicia compreender o que, historicamente, torna um saber legítimo e naturalizado, sem, no entanto, pensar a história dos homens numa linha reta com um começo e um fim.

2.1. Caminho das flores

A ideia da impessoalidade ao representar os sujeitos de uma pesquisa por siglas não me agrada enquanto pesquisadora, porque ao me lançar na aventura de narrar o outro, não posso anular a singularidade do sujeito, especialmente num estudo em que não trago traços de uma maternidade generalizada, mas busco elevar a conduta materna aqui presente a um elemento discursivo de uma maternidade específica, aquela exercida diante de crianças com deficiência.

Não quero narrar o outro como o mesmo, embora o grupo de sujeitos possua em comum a característica de serem mães/cuidadoras especiais. Podemos perceber a importância de valorizar a singularidade, a partir da ideia de que “o outro perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional” (BHABHA, 1998, p.59) se optarmos por uma interpretação generalista dos discursos.

Nesse sentido, cada participante da pesquisa escolheu a forma como gostaria de ser identificada no estudo e nesse exercício acabamos adentrando o caminho das flores, ou seja, cada uma das mulheres escolheu sua flor preferida como codinome. Assim, caminhando por este estudo encontraremos com a *Margarida*, a *Rosa*, a *Tulipa*, a *Bromélia*, a *Dália* e a *Girassol*.

Assim, no entrecruzamento desses caminhos, do corpus empírico com minhas inquietações, tomo emprestada a reflexão de Bauman, apontada numa entrevista concedida à Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, publicada na revista *Tempo Social*, para esclarecer o que mais me encanta e seduz em um estudo como este:

Creio que a experiência humana é mais rica do que qualquer uma de suas interpretações, pois nenhuma delas, por mais genial e "compreensiva" que seja, poderia exauri-la. Aqueles que embarcam numa vida de conversação com a experiência humana deveriam abandonar todos os sonhos de um fim tranqüilo de viagem. Essa viagem não tem um final feliz — toda a felicidade se encontra na própria jornada. (BAUMAN, vol 16, 2004)

Cabe destacar que esta pesquisa está alicerçada nos preceitos da ética e todos os sujeitos participaram de forma consciente, ao passo que tiveram pleno conhecimento do objetivo e uso das informações fornecidas e suas autorizações foram registradas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo I).

3 - DISCUSSÕES TEÓRICAS

Diversos trabalhos na área da história social analisam a construção de significados da maternidade através dos tempos, Ariés (1981), Donzelot (1980), Badinter (1985), e isso nos possibilita perceber como, na divisão idealizada pelos moldes burgueses, cada gênero passa a constituir um papel específico na sociedade. A subordinação da mulher, regida por sua condição biológica, assumiu um caráter social e seu papel de cuidadora copiosa se justifica até hoje pela legitimação da chamada *natureza feminina*.

É buscando por uma historicização, a partir do olhar sobre o que as mães/cuidadoras tomam como verdade hoje, que os pressupostos teóricos que embasam este trabalho se pautam numa perspectiva pós-estruturalista. Essa perspectiva nos propõe um movimento de pensamento que permite lançar múltiplos olhares sobre os discursos que nos produzem dentro de uma história, não uma história de duração linear, progressiva, mas aquela que problematiza o aparecimento de planos de discurso e falas singulares, estratégias de poder e focos de resistência (REVEL, 2005). Para Silva (2000), o pós-estruturalismo é um termo abrangente, que propõe uma série de análises e teorias que ampliam/modificam certos pressupostos e procedimentos da análise estruturalista, deslocando-se da preocupação com estruturas e processos fixos e rígidos de significação.

Dentro desse campo teórico, para contemplar minhas intenções neste estudo, tomo como subsídio alguns conceitos foucaultianos, entendendo, entretanto, a complexidade de tal tarefa, haja vista minha frágil (ainda) caminhada nesse universo epistemológico.

Nesse sentido, para adentrar num estudo sobre os discursos que definem condutas específicas para a mãe/cuidadora especial, me ligo à ideia de Foucault sobre o discurso como produtor de significado, compreendendo que todo saber constitui relações de poder. Relações estas que, no contexto dessa pesquisa, se mostram atravessadas por práticas disciplinadoras, sob dispositivos de verdade. Para explicar a ideia de práticas aqui assumida, sigo mais uma vez a perspectiva foucaultiana, sobre a qual Fischer afirma que

Na verdade, tudo é prática em Foucault. E tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, ou seja, enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam (2001, p. 200).

Sobre os dispositivos de verdade, podemos compreendê-los como uma rede que age sobre nós como práticas disciplinares, que governam e naturalizam conceitos e condutas de tal

maneira que nos tolhem outras formas de olhar para as diferentes coisas desse mundo. Foucault denomina esse dispositivo, definindo-o como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (2005, p. 244)

Tendo esse ponto de vista, torna-se fundamental recorrer ao conceito de dispositivo quando tratamos de disciplinaridade, uma vez que a disciplina é “um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder” (Machado, 1982, p. 194).

Seguindo essa perspectiva, tomo as teorizações pós-estruturalistas e foucaultianas como ponto de partida para a problematização dos regimes de verdade aqui enunciados, pois somente assim vejo a possibilidade de desprezar metanarrativas e, quem sabe, incitar outros olhares.

Trata-se, tão somente de colocar em movimento uma vontade de saber. O que importa é, junto com Foucault, tentarmos encontrar algumas respostas para a famosa questão nietzchiana – que estão (os outros) e estamos (nós) fazendo de nós mesmos? – para, a partir daí, nos lançarmos adiante para novas perguntas, num processo infinito cujo motor é a busca de uma existência diferente para nós mesmos e, se possível, uma existência melhor (VEIGA-NETO, *Op.cit.*, p.12).

3.1. A maternidade na história: por condutas contingentes ou imanentes?

Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder (Foucault, 2005, p. 101).

Tecendo um enfoque histórico aos processos de naturalização das condutas femininas/maternas na sociedade, a pergunta feita por Elisabeth Badinter (1985) em sua obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, servirá de alavanca neste estudo. Ela faz o seguinte questionamento: “Por que razões a indiferente do século XVIII transformou-se em mãe coruja nos séculos XIX e XX?”

É possível analisarmos, no contexto da Modernidade, que muitas regras sociais foram ditadas por um modelo econômico que buscou dar novos significados a diversos espaços, entre eles à instituição familiar. Nessa lógica, o que era público passou a ser social e o que era

privado passou a ser o espaço de vida íntima familiar, acontecimento este que (re) constituiu o papel da mulher apoiado em um “respeito” às suas condições naturais/biológicas.

Até o final da Idade Média, não encontramos demarcações específicas para o que representaria o espaço privado, somente a partir dos meados do século XVIII, que a vida familiar predominantemente passa a representar a vida privada, o que passa a configurar uma regulação da vida familiar. Ainda na aristocracia, as mulheres ocupavam-se da vida política, das intrigas e da moda, e seus filhos eram enviados para o campo, para serem criados por amas-de-leite; ao retornarem ao convívio familiar, na adolescência, tinham preceptores que se responsabilizavam por sua educação (BADINTER, 1985). Isso nos mostra como o vínculo familiar era frágil e a relação entre mãe e filho quase que nula. No entanto, diversas modificações articuladas às transformações econômicas, à organização dos Estados e à instalação da ordem econômica burguesa fizeram emergir a naturalização de conceitos e práticas relacionadas à maternidade e aos cuidados femininos/maternos, retratando uma sociedade disciplinar, tendo como objetivo principal o aumento do autodomínio.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil, e inversamente (FOUCAULT, 1999b, p.119).

Nesse contexto, sob esse efeito disciplinador do exercício do poder como a aptidão para docilizar corpos, induzir comportamentos desejados e esvaziar sua capacidade de contestação (FOUCAULT, 1977) as mulheres foram, sistematicamente, sendo preparadas para serem mães e esposas notáveis. Nessa trama, as mulheres acabam constituindo como papel exclusivamente feminino atribuições familiares como as tarefas domésticas e os cuidados infantis (ROCHA-COUTINHO, 2003), como podemos perceber nas falas das mães/cuidadoras:

Quem foi que disse que os homens são melhores que as mulheres? Nós somos a base da família. (*Margarida*)

Limpar a casa, fazer comida, lavar a louça, cuidar dos filhos não me torna perfeita, faço porque gosto. Faço porque é necessário, é preciso. (*Rosa*)

É possível compreender como as mulheres se produzem nesse emaranhado de discursos acerca de suas condutas e submetem-se às metanarrativas e às verdades impostas. O discurso, como grande instaurador de regimes de verdade, vai constituindo as identidades

dessas mulheres e essas identidades vão tomando forma, com luta ou submissão, conforme a realidade que cada uma vivencia.

A verdade [...] ela induz efeitos regulares de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela aceita e que ela faz com que funcionem como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que nos permitem distinguir entre afirmações falsas e verdadeiras; os meios pelos quais cada uma delas é sancionada; as técnicas e procedimentos que atribuem valor na aquisição da verdade, o status daqueles que são encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. (Foucault *apud* Silva, 2002, p.151)

Nessa esteira, a conduta da boa mãe foi sendo legitimada por regimes de verdade que institucionalizaram uma característica “cuidadora” para a mulher, que deveria se refletir nas suas atuações como mãe, esposa e dona-de-casa (DONZELOT, 1986, BADINTER, 1985, ARIÉS, 1981).

Como foi dito, esses regimes de verdade vêm se produzindo ao longo da história, numa variedade de discursos e práticas que fazem emergir condutas específicas para a mãe/cuidadora. Na fala das mães/cuidadoras, podemos compreender melhor como essas verdades se naturalizam e levam seus sujeitos a estados de docilidade:

Sei que o dever de cuidar também é do pai, mas eu acho que se não houver interesse e participação **principalmente** da minha parte, as coisas não dão tão certo. (*Dália*) (grifo meu)

No entanto, as verdades vigentes hoje, nem sempre foram essas, em toda a Idade Média até meados do século XVIII, a maternagem comum na Europa, especificamente na França, desvalorizava a presença da mãe (BADINTER, 1985). Somente com a valorização da infância, quando a criança passa a ser considerada o futuro dos estados nacionais em construção, que surge a emergência de um novo sentimento familiar associado à criança (ARIÉS, 1981), como aquela que precisa de cuidados especiais para se desenvolver. Os cuidados seriam, pois, atitudes compatíveis com uma “natureza feminina”, uma vez que os médicos parteiros já haviam feito a lista dos deveres da boa mãe.

A partir dessa época diversas obras começam a aparecer incitando os pais a novos sentimentos e particularmente a mãe ao amor materno. (BADINTER, 1985). Especialmente com a publicação da obra de Rousseau em 1762, *Émile*, foi dado o verdadeiro impulso inicial à família moderna, aquela fundada no amor materno.

Nesse sentido, coube à mulher, especificamente, a devoção e presença vigilantes junto à prole e não sendo isso possível, a preservação da criança poderia se encontrar ameaçada, ideia que ainda vigora no imaginário feminino:

Os profissionais que nos atendem me cobram muito, as vezes me sinto um pouco cansada, mas sei que é preciso estar sempre do lado da minha filha. E mesmo que eu não tenha vontade, faço tudo que a professora manda, porque eu sei que aquilo é *pro* bem dela, então eu tenho que fazer, senão ela vai demorar ainda mais *pra* se desenvolver. (*Margarida*)

Há, portanto, uma ampliação estratégica das responsabilidades maternas, visando, principalmente um controle maior sobre a educação e os hábitos de todos os membros de uma família. Nesse sentido, o poder passa a ter seus efeitos vinculados a estratégias e mecanismos, operando diretamente nas ações dos indivíduos que a ele são sujeitados. Fica evidente que a maior parcela de responsabilidade recai sobre a mãe/cuidadora, uma vez que esta toma para si a função de proporcionar à criança o direito de se desenvolver, como se esse direito fosse legitimado por meio da sua persistência em atender expressamente às cobranças sociais.

Essa parcela de responsabilidade é intensificada a partir de modificações sociais em torno da própria educação, quando os hábitos educacionais passam da mera aprendizagem cotidiana exercida no ambiente doméstico à escolarização maciça da infância. Isso lança à família a incumbência da vigilância sobre os processos educacionais de seus filhos e esta vigilância recai mais intensamente sobre a mãe quando, no final do séc. XVIII e durante o séc. XIX, há uma valorização dos laços afetivos em torno da figura materna. A sua participação frente à escola é evocada por todos os especialistas da educação e esses saberes exercerão enorme poder para a legitimação da responsabilidade da mãe sobre o *bom* desenvolvimento do filho.

Mas, além do peso dos valores dominantes e dos imperativos sociais, delineia-se outro fator significativamente importante na história do comportamento materno, cujo peso ajudou a instituir a *identidade doadora* da mãe/cuidadora. Esse fator é a surda luta dos sexos, que por tanto tempo se traduziu na dominação de um sobre o outro.

Com a saída das mulheres do espaço privado para o público, decorrente das guerras mundiais, da industrialização e do movimento feminista, surgiram novas discussões e redefinições de papéis sociais, cujo gênero foi tomado como ponto de partida para a discussão. Articulando-se às questões de gênero e a um caráter natural em torno da feminilidade produziu-se o discurso de que os cuidados com uma criança caberiam à mulher,

pois essa seria uma forma natural, uma vez que a mulher, por natureza, possuía o dom de gestar e parir.

Não podemos deixar de pensar que esses discursos orientam, como foi dito, as políticas de identidade da mulher, delineando relações de força e de poder que modelam o modo de ser mãe/cuidadora. Por isso, é fundamental perceber os corpos e os gêneros não apenas vinculados à sua natureza biológica, mas também às construções culturais. Desse modo, estudos de gênero, fundamentados nos pressupostos pós-estruturalistas, nos permitem problematizar essas invenções e os processos pelos quais elas se tornaram naturalizadas.

No que se refere à identidade da mãe/cuidadora, o cuidado e criação dos filhos configura-se como uma tarefa exclusivamente feminina, torna-se uma “responsabilidade individual de toda mulher que se torna mãe, independentemente das condições sociais em que essa mulher vive e dos problemas que ela enfrenta” (MEYER, 2006, p. 37).

Dessa maneira, não existe uma identidade dada pela natureza. Essa ideia pode ser explicada por Hall ao considerar a identidade como:

[...] definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (1999, p.13).

É nesse fazer cultural e histórico complexo que os significados de gênero e dos processos de identificação se desenvolvem. Nessa perspectiva, pode-se compreender que as identidades não são fixas e permanentes: “a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1999, p 13).

É nesse sentido, de perceber a flexibilidade das identidades, que podemos atribuir à história e aos regimes de verdade enunciados ao longo dela, essa capacidade de transformação, pois se antes o desapego materno e a falta de dedicação se inscreviam na identidade feminina, hoje a mentalidade inversa é quase uma redundância. E se hoje a mãe é figura essencial ao desenvolvimento do filho e/ou a mulher aos cuidados da criança, imaginemos esse papel elevado à máxima potência ao tratarmos do cuidado de crianças com deficiência. É o que pensaremos a partir de agora.

3.2. O cuidado feminino/materno na racionalidade da deficiência

Durante o período de contato com o grupo de cuidadoras, todas as metanarrativas em torno do feminino apontadas até esse momento do trabalho, se mostraram presentes no imaginário daquelas mulheres. Com isso quero dizer que a imagem da mulher como centro da família, a figura consagrada pela capacidade natural de abdicar e amor incondicional operam de forma a disciplinar a atuação dessas mulheres diante da criança. As cuidadoras exercem diferentes papéis, de mãe, tia, avó, babá, madrinha, mas atendem todas à mesma condição: são mulheres que se encontram num espaço de atendimento especializado por se constituírem como responsáveis pelo desenvolvimento e progresso de suas crianças. Todas elas se referem às crianças atendidas no projeto como sujeitos dependentes, e a figura feminina é apontada como aquela em condições ideais para atender às necessidades dessas crianças. No caso da ausência da mãe, outras mulheres da família acabam assumindo os cuidados para com esse “sujeito dependente”.

Uma natureza, de certa forma, inventada estrategicamente dentro de momentos específicos da história, pois se antes “a morte da criança é sentida como um acidente quase banal que um nascimento posterior virá reparar” (ARIÉS, 1981) hoje a perda de um filho é narrada como a maior dor pela qual uma mulher pode passar. E, se antes, na Antiguidade, as crianças com deficiência eram tidas como personificações do demônio ou mesmo sacrificadas à morte, hoje essa imagem segue outra racionalidade. Ter no seio de sua família uma criança com deficiência significa que a dose de cuidados e dedicação deve ser redobrada, e mais ainda, significa que caberá à mulher zelar pelo desenvolvimento pleno desse sujeito, já que a incapacidade ao gerar um filho que foge à normalidade deve ser condenada pela doação total.

Toda essa representação de doação incondicional a que a mulher deve estar sujeitada se inscreve, em grande parte, num regime de culpa, algo narrado, por exemplo, na teologia e que até hoje ecoa no imaginário social. O texto da Gênese apareceu carregado de consequências para a história da mulher, quando a narrou como a responsável pelo pecado, a desobediente – por ter comido o fruto proibido e, por consequência, a amaldiçoada, quando teve lançada sobre si as palavras que sabemos de cor: “Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua conceição; com dor parirás teus filhos”.

Nesse sentido, a mulher que se vê diante de uma criança com deficiência, toma para si essa parcela de culpa e assume uma sobrecarga muito mais em função dessa culpabilidade do que, propriamente, em função da criança.

Num primeiro momento eu não aceitei, não queria acreditar que ela tinha nascido assim, [...] mas se veio pra mim é porque eu tinha que passar por isso, né”. (*Tulipa*)

[...] eu senti o mundo desmoronar sobre mim. Achei que não suportaria tanta pressão e naquele momento pensei em Deus e me perguntei: por que eu? Algo ele queria me dizer com aquela criança. (*Bromélia*)

O que implica aqui é uma relação de forças que faz com que a mulher, mesmo insatisfeita com aquela situação, se enrede em um processo de aceitação e condene a si própria. O poder disciplinar torna-se, assim, internalizado:

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fã-las funcionar [p.13] espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição (FOUCAULT, 1977, p. 179).

Esse sentimento de sujeição, de aceitação opera sob um poder tão sutil que, quase de maneira automatizada, um quadro de contentamento e abdicação se instaura. Ao relatarem o forte impacto emocional que sofreram ao tomar conhecimento da condição do filho, uma grande dificuldade foi lidar com a sensação da perda de suas idealizações de serem mulheres completas, que geram crianças "perfeitas". Mas a maior das dificuldades foi justamente “ter que aceitar” a sobrecarga pela iminência de sonhos e projetos profissionais abdicados.

Quando ele nasceu parei de trabalhar Não é que me arrependa de ter casado e ter tido filhos, mas gostaria de ter continuado na minha profissão. Amo meu filho, mas confesso que abri mão de várias coisas para estar sempre do lado dele. (*Bromélia*)

Narra-se então a mãe como a maior responsável pelo desenvolvimento de seus filhos, especialmente aqueles com deficiência. Isso implica perceber a representação cultural que disciplina os comportamentos esperados para essa mulher no contexto das relações sociais, ressaltando aqui uma normatividade nas relações estabelecidas entre a própria educação e a família, vide o discurso generalizado em escolas e instituições especializadas de que “quase todas as situações são contornáveis desde que haja o empenho e a vontade da mãe” (MEYER, 2002, p. 14).

[...] ela é super estimulada, segunda e quinta ela vem aqui no NEPES, terça e sexta ela vai na *fisio*. E as professoras disseram que precisamos arrumar um lugar *pra* ela fazer *fono*. E eu vou procurar, porque faço tudo por ela, o possível e o impossível. (*Girassol*)

Essa mãe/cuidadora, mesmo diante da dificuldade em encontrar tantos espaços de atendimentos disponíveis, quanto tempo para levar a criança, considera essa jornada tão importante quanto intransferível, ou seja, é ela quem precisa fazer o “possível e o impossível” para conseguir dar conta de sua *tarefa*, caso contrário sua imagem de *boa cuidadora* será levada a julgamento. Esses julgamentos são reflexos das práticas do século XIX, quando era impossível conceituar mães boas e más, não existia um grau intermédio, as mulheres ou eram consideradas boas ou incapazes e indignas (BADINTER, 1980)

A pesquisadora Fabiana de Amorim Marcello (2005) faz uma análise sobre como o dispositivo da maternidade é organizado na mídia de forma a produzir modos de subjetivação feminina específicos e discute sobre as técnicas de si efetuadas pelos sujeitos-mãe. Segundo a autora esse dispositivo organiza essas técnicas de si de modo a criar uma lógica em que o indivíduo-mãe é convidado a voltar-se para si mesmo e considerar que cuidar de si é cuidar do outro (seu filho). O cuidado de si implica a transformação de um olhar para o próprio interior como forma de exercer a vigilância constante do que acontece consigo, trata de buscar por uma reflexão sobre maneiras de ser, de regular a si mesmo.

Nesse processo podemos perceber como a subjetivação feminina aqui atende a dispositivos que disciplinam formas específicas de atuar como mãe/cuidadora especial⁷, dentro de um regime de verdade de um determinado tempo e contexto social, inserido num discurso que produz uma realidade sobre mães/cuidadoras especiais como *a* realidade. Assim, "quando alguém ou algo é descrito, explicado, em uma narrativa ou discurso, temos a linguagem produzindo uma 'realidade', instituindo algo como existente de tal ou qual forma" (COSTA, 2000, p. 77).

Os processos de subjetivação se fazem de maneiras distintas, nas diferentes épocas e sociedades, produzindo modos de existência próprios (FOUCAULT, 2005). Essa forma disciplinar parece invisível, mas ao mesmo tempo impõe aos que submete um princípio de visibilidade quase que obrigatória.

Quando meu filho era bebê fui muito cobrada, tinham expectativas e achavam que ele não melhoraria. Mas eu não desisti nunca, embora as vezes me sentisse cansada. Como ele dependia de mim não podia desistir, e se ele tivesse mais uma pneumonia, quem iria cuidar? (*Rosa*)

⁷ Lembrando que este terminologia surge agora para tratarmos especificamente da mãe/cuidadora de crianças com deficiência. Este termo e sua criação já foi esclarecido em nota anterior.

A maneira como a mulher toma para si a responsabilidade de cuidadora é incontestável, pois se vê como a única com capacidade para exercer esse papel. O pai não é citado, imprimindo uma figura secundária, sem um papel definido dentro desses contextos de cuidado e o questionamento da mãe corresponde a uma ideia de que se não for ela, ninguém mais poderá cuidar da criança. Toda essa cobrança imposta pela própria mulher sobre si vem sendo inscrita em vários momentos estratégicos da história, fazendo emergir esses sentimentos de responsabilidade e autocontrole. Segundo Fischer, as coisas ditas são amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo.

Daí que o conceito de prática discursiva, para Foucault, não se confunde com a mera expressão de idéias, pensamentos ou formulação de frases. Exercer uma prática discursiva significa falar segundo determinadas regras, e expor as relações que se dão dentro de um discurso. (2001, p. 204)

Assim, a prática discursiva de especialistas que designam características e papéis para a mãe/cuidadora especial enquanto prática social específica produz significados, sentidos e poder. A ideia formulada por Foucault aponta o discurso como uma prática que sistematicamente forma nosso agir (VEIGA-NETO, 2005), que pode tanto naturalizar contingências históricas em verdades universais quanto historicizar tais verdades em contingências. Isso nos ajuda a *tensionar* as verdades impostas ao longo de uma história.

Entretanto, em vista de tudo, podemos olhar para o poder de uma forma a entender que não há um único e verdadeiro significado para as coisas, tem de haver uma variedade de significados, discursos, microfísicas do poder para superar o drama da inabilidade cultural em reconhecer, aceitar e desenvolver performances que não são imediatamente constituídas como legítimas nos termos habituais propostos para a sociedade. Apreendendo este raciocínio operemos a partir da ideia de Corazza:

(...) o que funciona é exercitar a suspeição sobre a própria formação histórica que nos constituiu e constitui, e interrogá-la sobre se tudo o que dizemos é tudo o que pode ser dito, bem como se aquilo que vemos é tudo o que se pode ver (2002, p. 119).

É nesse contexto que, de antemão, trago a compreensão de que embora a perspectiva teórica com a qual escolhi trabalhar me lance a territórios nada sólidos e apresente um pensamento que se inscreve no reino da suspeição, a possibilidade de desacomodar verdades constituídas como absolutas já valeu o investimento depositado nesta pesquisa.

4. PARA NÃO CONCLUIR

Por todas as razões apresentadas neste estudo, considero importante refletir sobre a temática da família e especialmente da mãe/cuidadora para perceber a necessidade de transformar os olhares sobre essa figura que é produzida e produz culturalmente a maternidade e a condição de mulher na sociedade. Sendo “o olhar que botamos sobre as coisas que, de certa maneira, as constitui” (VEIGA-NETO, 2002, p. 30) é inevitável perceber como, ao serem vigiadas pelo saber dos especialistas, as mães/cuidadoras especiais assumem condutas e comportamentos específicos que vão moldando subjetividades e docilizando sutilmente seus corpos. Cada vez mais as exigências em torno dessas mulheres assumem proporções maiores de dedicação, vide os progressos alcançados pela criança, reforçando a imagem de que quanto mais a mãe/cuidadora especial se dedica, mais a criança progride, e nessa lógica a mulher subjetiva seus papéis a partir da sujeição ao saber científico do especialista. Foucault relaciona a questão da subjetividade com a história dos modos de sujeição. Pode-se observar então como o sujeito mãe/cuidadora especial é atravessado pela cultura e por relações de poder, que a afirma enquanto mãe/cuidadora e a faz permanecer sujeitada ante os acontecimentos históricos.

Cabe ressaltar, após essa breve discussão, que, sob um olhar geral, as crenças sobre a maternidade e os cuidados são enunciadas como fenômenos tradicionais e naturais, as quais, por serem concebidas assim, se tornam engessadas e, de certa maneira, incontestáveis. Contudo, é possível compreender, com base na história da humanidade, que essas ideias podem ser consideradas recentes, pois a mãe/cuidadora, como conhecemos hoje, com sua “capacidade natural” ao sacrifício, o amor incondicional e automático pelos filhos e sua completa satisfação nas tarefas da maternagem/cuidado, nem sempre foram dessa forma.

Portanto, a partir das ideias apresentadas, podemos perceber como a maternidade, bem como os cuidados exclusivos na maternagem, se inscrevem numa perspectiva cultural, uma vez que é construída e não instintiva. Trata-se de uma construção social e cultural que decide não só quem é responsável pelas crianças, mas também como criá-las, haja vista, o discurso e as práticas discursivas de especialistas que governam essas formas de atuação para a mãe/cuidadora especial, disciplinando corpos e docilizando imaginários. No entanto, ao ideal de maternidade podemos acrescentar um grande número de outros ideais igualmente importantes, a despeito de uma natureza imposta, que vai de encontro com o que pode ser reproduzido como desejo.

Isso nos leva a importância de exercitar o que Foucault nos deixa como principal legado, ou seja, a ideia de não darmos às coisas uma situação de conclusão, a ideia de podermos nos posicionar de outros modos. Implica aqui a oportunidade de romper com o gesso e propor outras formas de olhar e narrar o outro e a nós mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BADINTER, E. **O amor incerto**. Lisboa: Relógio d'Água, 1980.
- _____. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAUMAN, Z. **Europa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M. V.(Org). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- COSTA, M.V. (org.). Mídia, magistério e política cultural. In: _____. **Estudos culturais em educação**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.
- COSTA,C.L. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinariedade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p. 57-90.
- DONZELOT, J. **Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FISCHER, R. M. B. **Foucault e a Análise do Discurso em Educação**.In: Cadernos de Pesquisa, n. 114, novembro/ 2001.
- FONSCECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- _____. Subjetividade e verdade. In: FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T. T. da (org.). *Liberdades reguladas*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade (1984). In: MOTTA, M. B. da (Org.). **Ética, Sexualidade, Política: Michel Foucault**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Coleção Ditos & Escritos.

_____. **Microfísica do Poder**. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

LUNARDI, M. L. **Gerenciar o risco, garantir a segurança e a normalidade: tríade da Educação Especial**. In: Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. v. 24, n. Especial. Florianópolis, Editora da UFSC, 2006.

MARCELLO, F. A. **Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade**. In: Rev. Bras. Educ., no.29, Maio/Agost. 2005.

MEYER, D. E. **Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos**. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2002.

_____. **A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento**. Revista Gênero: NUTEG, V. 6, N. 1; Niterói: EDUFF, 2006.

PINTO, C. R. J. **Com a palavra o senhor Presidente Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder**. São Paulo: Hucitec, 1989.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SILVA, T. T. **Teoria Cultural e Educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte, 2000.

_____. **O Sujeito da Educação – Estudos Foucaultianos**. Petrópolis. Vozes. 2002.

VEIGA-NETO, A. **A ordem das disciplinas**. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

_____. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte; Autêntica, 2005.

_____. Olhares. In: COSTA, M. V. (org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

WINNICOTT, D.W. **Os Bebês e Suas Mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO

Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: VIDAS DOADAS: A RACIONALIDADE DA CONDUTA MATERNA DIANTE DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Pesquisador responsável: Prof^a Dr^a Maria Alcione Munhóz

Endereço: Departamento de Educação Especial – Centro de Educação – UFSM.

Telefone para contato: (55) 3220 89 25

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria – Departamento de Educação Especial (EDE).

Local da coleta de dados: NEPES - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria

(Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas)

Prezado(a) Senhor(a):

- Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, de forma totalmente **voluntária**, de modo a auxiliar no desenvolvimento de um estudo que busca problematizar os discursos sobre a maternidade e o atravessamento destes na produção do papel feminino na família, especialmente no que diz respeito ao cuidado de crianças com deficiência.

- Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.

- Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar.

- Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Objetivo do estudo: Discutir sobre que estratégias os discursos acionam para disciplinar, numa relação de saber-poder dentro da história da sociedade, condutas femininas/maternas para o cuidado de crianças com deficiência, e como essas mães/cuidadoras especiais tomam essas condutas como formas expressivas de uma natureza feminina.

Procedimentos. Sua participação nesta pesquisa será de modo a auxiliar na discussão dos objetivos propostos cedendo ao pesquisador o diário que recebeu para realizar registros pessoais decorrentes dos temas por ele sugeridos no decorrer da pesquisa, bem como participando das atividades em grupo realizadas ao longo do segundo semestre de 2009.

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você. Porém trará benefício para as pesquisas sobre educação e mais especificamente para a área da educação especial e da atuação das famílias de crianças com deficiência.

Riscos e desconfortos. Sua participação nesta pesquisa não representará qualquer risco de ordem legal, física ou psicológica para você. No entanto, poderá trazer algum desconforto emocional e ou fadiga ao realizar os registros no diário, bem como tratar de assuntos relacionados à sua vida pessoal, enquanto mãe/cuidadora.

Confidencialidade. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. O nome real do sujeito da pesquisa não será identificado em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Os sujeitos desta pesquisa serão apresentados por nomes fictícios.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria, 01 de setembro de 2009

Assinatura do sujeito de pesquisa

Nº. identidade

(Somente para o responsável pelo projeto)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Santa Maria, 01 de setembro de 2009.

Assinatura do responsável pelo estudo